

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE PSICOLOGIA
CURSO DE PSICOLOGIA

**ENTRE A SEGURANÇA E A SAÚDE: A PESSOA QUE USA DROGAS NO
PORTAL G1**

LAIS SANTOS BARBOSA DE SOUZA

CAMPINA GRANDE – PB

2015

LAIS SANTOS BARBOSA DE SOUZA

Trabalho apresentado à Unidade Acadêmica de Psicologia do Centro de Ciências Biológicas e da saúde da UFCG, Campus Campina Grande (PB), em cumprimento às exigências para obtenção do título de Bacharel em Psicologia, sob orientação do Professor Anderson Scardua Oliveira.

CAMPINA GRANDE – PB

2015

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial “Tereza Brasileiro Silva”-
UFCG**

S285s

Souza, Laís Santos Barbosa de.

Entre a segurança e a saúde: a pessoa que usa drogas no portal G1/
Laís Santos Barbosa de Souza. – 2015.

45 f.

Artigo (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de
Campina Grande, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

Referências.

Orientador: Prof. Anderson Scardua Oliveira, Dr.

1. Usuários de drogas. 2. Mídia. 3.Representações Sociais. I. Oliveira,
Anderson Scardua. II. Título.

BSTBS/CCBS/UFCG

CDU 159.9:615.91+659.3 (813.3)

LAIS SANTOS BARBOSA DE SOUZA

**ENTRE A SEGURANÇA E A SAÚDE: A PESSOA QUE USA
DROGAS NO PORTAL G1**

APROVADO EM: ____/____/____

NOTA: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Drº Anderson Scardua Oliveira
Orientador

Prof.ª Drª Maristela de Melo Moraes
Examinadora

Prof.º Drº André Augusto Diniz Lira
Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas que ainda não são vistas como tais.
Às pessoas “desimportantes”.

AGRADECIMENTOS

Sou só gratidão neste momento.

Gratidão ao Deus que creio, a vida e ao Universo, pelos ciclos que me permitem abrir e fechar;

Gratidão ao meu pai e a minha mãe, Ivailton e Maria Gilsonete. Vocês são a razão da minha luta, do meu esforço e dedicação. Gratidão por abdicarem de dias tranquilos em prol do meu sonho. Aqui está o meu retorno, o primeiro de muitos. O amor que sinto por vocês é grandioso;

Gratidão a Nanne, minha amada irmã, meu aconchego. Gratidão por viver comigo e cuidar de mim, por dedicar seu amor, sua preocupação, seu carinho, sua paciência. Seu apoio foi imprescindível para que pudesse ter forças até aqui. Você é o meu amuleto;

Gratidão ao meu orientador e mestre Anderson Scardua, pela abertura, sabedoria, paciência, cuidado e a disponibilidade de sempre. Te admiro muito e fico feliz em tê-lo escolhido para me ajudar neste trabalho, não poderia ter sido diferente. Essa conquista também é sua!

Gratidão a minha família extensa, pelo afeto que me presenteiam sempre. Gratidão pelos nossos momentos e pelos ensinamentos que me constituíram como pessoa;

Gratidão a Eghon, meu amor é teu. Seu incentivo e afeto me deram energia para continuar;

Gratidão a Lapão (BA), por me dar um lugar no mundo e encontrar minhas raízes;

Gratidão a Campina Grande (PB) e o acolhimento que tive nesses cinco anos de pouso;

Gratidão aos amigos que cativei e fui cativada nesses anos, tenho muita sorte de tê-los encontrado, diante de tantos desencontros que a vida tem;

Gratidão aos companheiros de Psicologia, especialmente a turma 2010.1 “Psiconatus” por desbravarem comigo um curso tão desafiador. Descobrimos juntos modos singulares de viver o cotidiano, com leveza, cuidado e pautado na amorosidade, gratidão por todas as vivências compartilhadas;

Gratidão a Breno e a Renally, os passarinhos que me ensinaram sobre (voar) e a dar valor as coisas miúdas;

Gratidão a Stallone, a estrela que me ensina sobre resistência, irreverência, bem-querença e amizade. Tu és uma das pessoas mais sensíveis que encontrei na vida;

Gratidão a Glorinha, Dai, Aninha, Ana Beatriz (cachinhos), Rafael, vocês potencializam a minha felicidade em cada partilha nossa;

Gratidão ao EREP N/NE, e aos companheiros que compõe este coletivo, por me fazer acreditar que “amar e mudar as coisas” não é uma utopia;

Gratidão aos queridos mestres que me ensinaram para além das quatro paredes da Universidade, muito desse trabalho tem um pouco de cada um de vocês, em especial: Flávia Fernando (por me inspirar a cada vez que pensava em colocar pra frente esse trabalho), Cleide Monteiro (por me ensinar sobre as singularidades, a clínica ampliada e a aposta no sujeito), a Valquíria Nogueira (por me iniciar no mundo da resistência, das potencialidades e das cirandas), a Juliana Sampaio (e a sua aposta ético-política que contagia), a Juliane Dominoni (por tornar os caminhos impossíveis, passáveis).

Gratidão ao professor André Augusto Lira pela aposta que fez em mim e a maneira como me acolheu em sua pesquisa, a sua generosidade nunca será esquecida, gratidão por todos os ensinamentos;

Gratidão a Maristela Moraes, por ter chegado a tão pouco tempo e se fazer tão disponível e cuidadosa, a psicologia da UFCG tem muito a ganhar com a sua vinda, tenho certeza disso.

Gratidão às pessoas que usam drogas que pude conviver e que confiaram a mim suas dores e sonhos;

Gratidão ao SUS e ao SUAS do Brasil, por tudo que tem me ensinado;

Gratidão a Psicologia contextualizada, do povo, com o povo e para o povo. A psicologia do território vivo, da resistência, da comunidade, da clínica peripatética, do movimento, do sujeito;

Esse trabalho de conclusão de curso agrega todas essas energias, catalisadas em uma escrita carregada de posições ético-políticas e discussões que me afetam. Aqui está a minha tentativa de expressar as angústias e inquietações de uma luta que está apenas começando. Aqui está o meu desejo de transformação.

*“Bocado de molambos molhados
Manchando o chão,
Bocado de molambos molhados
Manchando o chão.
Mas o que tinha dentro
Era gente ainda,
Era gente ainda.”
(LIMA, 2009, p. 65-67).*

RESUMO

O presente estudo traz algumas discussões sobre o modo que se configura as representações sociais das pessoas que usam drogas na mídia brasileira analisando especificamente o portal de notícias G1. Ao longo do artigo identificamos como foi se consolidando as imagens que concernem estes sujeitos, de modo que historicamente a literatura nos indica que estas configurações estão relacionadas principalmente a duas perspectivas: a Segurança e a Saúde. Em cada seção do texto percorremos o mesmo objetivo: ressaltar como a imagem das pessoas que usam drogas é apresentada, no contexto histórico-cultural, nas Políticas Públicas e através da mídia. Após este percurso, adentramos em nossa perspectiva teórica, as Representações Sociais de Serge Moscovici e o seu estudo sobre comunicação social, focando no sistema da difusão. No que consiste ao critério utilizado para a coleta de dados, delimitamos o período histórico ao ano de 2012, após o lançamento do Programa do Governo Federal “Crack, é possível vencer”, tendo como palavra de busca “usuários de drogas 2012”. Além disso, selecionamos as reportagens que tivessem comentários dos leitores. Desse modo, chegamos a um conjunto de 34 notícias para análise. O método de análise dos dados foi a Análise de Conteúdo Temática de Bardin. Quanto aos resultados obtivemos um eixo principal que consiste em “Quem é esta pessoa que faz uso de drogas?” agrupando cinco categorias que respondem a este questionamento a partir de elementos encontrados nas notícias, que são: Pessoa dependente da substância; Pessoa sem autonomia e perdedora; Pessoa criminosa e periculosa; Pessoa que traz ameaça para a família e Pessoa que usa drogas com vergonha de si mesma. Além disso, foram identificados dois sistemas de pensamento e práticas sociais e/ou institucionais que serviram de ancoragem para as representações sociais sobre estas pessoas a Segurança/Justiça e a Saúde/Assistência Social.

PALAVRAS-CHAVE: Usuários de drogas; Mídia; Representações Sociais;

ABSTRACT

BETWEEN SECURITY AND HEALTH: THE PERSON HO USES DRUGS ON THE G1 PORTAL

The following study brings some discussions about the social representations of people who use drugs in the Brazilian media specifically analyzing the G1 news portal. Throughout the article we identified how the images that concern these people consolidate, so that, historically, the literature tells us that these settings are mainly related to two perspectives: security and health. In each section of the text we seek the same goal: to highlight how the image of people who use drugs is presented in historical and cultural context, in Public Policy and through the media. After this course, we enter our theoretical perspective, the Serge Moscovici's Social Representations theory and his study of media focusing on the diffusion system. As to what concerns the criteria used for data collection, we delimited the historical period to the year of 2012, after the release of the Federal program "Crack, é possível vencer" using to search the expression "drug users 2012". In addition, we selected the stories which had comments from the readers. Thus, we got to the number of 34 articles for analysis. The method of analysis was the qualitative thematic content of Bardin. As for the results obtained, a main axis consisting of "Who is this drug user?" creating five categories that answer this question from elements found in the news, which are: Person who depends on substance; Without autonomy and loser; Dangerous and criminal person; Person who brings danger to the family and the Person who uses drug and is ashamed of him or herself. Besides, two perspectives of thoughts and social/institutional practices were identified that serve to anchor the social representations on these people, the Security/Justice and the Health/Social assistance.

KEYWORDS: Drug users; media; Social representation

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. ENTRE O CRIME E A DOENÇA: ONDE LOCALIZARAM A PESSOA QUE USA DROGAS?.....	11
3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS ÀS PESSOAS QUE USAM DROGAS NO BRASIL.....	14
4. A MÍDIA E A SUA CONTRIBUIÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DAS PESSOAS QUE USAM DROGAS.....	21
5. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	23
6. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MÍDIA.....	25
7. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	27
8. RESULTADOS.....	29
9. DISCUSSÃO.....	32
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38
12. ANEXO.....	42

1. INTRODUÇÃO

Parafrazeando Eduardo Galeano (2014, p.71), desejei escrever sobre os “ninguéns” usuários de drogas quando percebi numa prática cotidiana o quanto eles “não são, embora sejam” no serviço público de saúde. Participei de um projeto de pesquisa e extensão na Universidade Federal de Campina Grande (PB) que tinha o objetivo de promover “atenção integral aos usuários de álcool, crack e outras drogas” em uma Unidade Básica de Saúde localizada em um território vivo, cheio de contradições, fragilidades e muitas potencialidades. Porém, o público ao qual deveríamos encontrar não se localizava aí, pois não saíamos ao seu encontro e nem permitíamos ser encontrados. Havia um hiato entre nós, carregado de estigmas, preconceito e medo. A política não saiu do papel, o cuidado não existiu, as relações não aconteceram e as pessoas que usam drogas¹ mais uma vez não tiveram lugar, nem mesmo onde lhes é de direito. Isso me inquietou e fez de mim implicação frente a esse tema e a essas pessoas. Encontrei aliados em forma de professores, amigos, colegas de curso, estudiosos, profissionais de saúde e pessoas que usam drogas, que compartilharam seu saber e me fizeram acreditar em outras possibilidades que condiziam com a minha posição ético-política no mundo, por pensarem essas questões pautadas na autonomia dos sujeitos e em um cuidado complexo direcionado a esse público.

Dessa maneira, frente aos meus encontros e desencontros, percebi que me interessava entender como a sociedade representa as pessoas que usam drogas, especificamente através da mídia. Assim, cheguei ao presente estudo, que tem como objetivo discutir como se dão as representações sociais sobre pessoas que usam drogas na mídia brasileira, analisando especificamente o portal de notícias G1. Ao longo do trabalho procuramos saber quais as representações sobre as pessoas que usam drogas disseminadas pela mídia no contexto social contemporâneo, de modo que a literatura aponta historicamente a forma como estas foram se construindo, principalmente a partir do discurso Jurídico e da Saúde. Partimos então da hipótese de que ainda hoje os discursos e as imagens estão ancorados nestas duas formas de pensamento e práticas sociais e/ou institucionais. Primeiramente, problematizamos o lugar no qual foi situada a pessoa que usa drogas em nossa sociedade, bem como a constituição da sua imagem ao longo do tempo. Em seguida, realizamos um breve percurso histórico das políticas públicas brasileiras destinadas a esse público e discutimos a realidade atual em que se encontram essas políticas, bem como seus retrocessos e avanços. Na sequência, entramos na temática da mídia e a sua contribuição na

¹Utilizamos ao longo do trabalho a expressão “pessoa que usa drogas” (VEDOVATTO, 2010), pois reconhecemos que para além do uso das drogas existe o sujeito.

construção da imagem da pessoa que usa drogas em nossa sociedade. Posteriormente, apresentamos a perspectiva teórica adotada por nós, as Representações Sociais de Serge Moscovici e o seu estudo sobre comunicação social, focando no sistema da difusão.

2. ENTRE O CRIME E A DOENÇA: ONDE LOCALIZARAM A PESSOA QUE USA DROGAS?

Ao longo do tempo a construção da imagem das pessoas que usam drogas foi influenciada pelo contexto sócio-histórico, econômico e cultural contribuindo para o estabelecimento de algumas características que marcam os corpos destes sujeitos e os reduzem a um lugar marginal. Paradigmas relacionados às pessoas que usam drogas foram configurando-se e outros se dissolvendo, conforme as discussões geradas por vários setores e atores político-sociais, repercutindo nas práticas atuais desenvolvidas no âmbito das políticas públicas de segurança, saúde e assistência.

Dessa maneira, quando as pessoas que fazem uso de drogas entram em cena são remetidas a uma série de adjetivos, dentre eles: figura perigosa, doentia, criminoso, zumbi, não humana, e em constante processo de perdas (SOUZA, 2007; PETUCO, 2011; MERHY, 2012, KARAM, 2013; SILVA, 2014). São estes significantes que vão imprimindo no sujeito usuário de drogas estigmas (GOFFMAN, 1987) consolidando e sugerindo modos preconceituosos de visualizar as possibilidades de existência. Em consequência disto, generalizações acabam acontecendo e o pensamento compartilhado ancora no pressuposto de que todas as pessoas que estiverem estabelecendo alguma relação com substâncias psicoativas comportam os atributos acima mencionados, limitando, assim, a compreensão de um fenômeno tão diverso. Referente a isto, Mehry (2012, p.11) ressalta que “(...) há certas modificações nos modos de se construir os anormais e de operar estratégias de enquadramento”. Algumas destas estratégias surgiram nos Estados Unidos, de modo que algumas foram remanescentes de outras práticas disciplinares muito anteriores a “Guerra às drogas” (SOUZA, 2007; KARAM, 2011; PASSOS; SOUZA, 2011). Uma destas estratégias concretizou-se quando de maneira rigorosa passou-se a controlar a produção e o uso de algumas substâncias, categorizando as pessoas que faziam o seu uso como “perigosas”, desencadeando formas de preconceito contra etnias específicas, transferindo para as drogas o motivo da repressão contra aqueles que não eram desejados, dentre eles os irlandeses, os negros, os mexicanos e os chineses (FIORE, 2005). No Brasil podemos relacionar essa prática, num cenário mais atual, com o controle do crack, e a repressão das populações negras e pobres.

A literatura tem como um dos principais pontos de referência para a discussão do tema das drogas a obra de Michel Foucault. Uma das muitas contribuições deste teórico para essa discussão consiste nas “tecnologias de poder” desenvolvidas pelas instituições sociais, no intuito de produzirem corpos disciplinados, “dóceis politicamente e úteis economicamente” (SANCHES; ROCHA; 2011 p.81), sendo vigiados e punidos constantemente. Tais instituições podem ser representadas pela Justiça e pela Medicina, exercendo seu “saber/poder” sobre as pessoas que usam drogas. Dessa maneira, a prática exercida por estas disciplinas será chamada por Foucault de biopoder, “cujos objetivos são os gerir a vida, não a vida do indivíduo, de cada indivíduo isoladamente, mas de cada indivíduo somente na medida em que este é parte de uma população, em última análise, da espécie humana” (SANCHES, ROCHA; 2011 p.82). Assim, este mecanismo estará agindo tanto no corpo quanto na população, de modo que o próprio sujeito, em determinado momento, transforma-se no seu próprio controlador, interiorizando estas regras disciplinares. Nessa mesma perspectiva, de acordo com Cheibub (2006), Foucault vai falar sobre as regras de direito que incidem formalmente no poder e também sobre os efeitos de verdade exercidos por estes. Estas verdades são produzidas por diversas disciplinas, tais como no caso das drogas, a justiça, a medicina, a mídia. Sobre isso, Cheibub (2006, p.550) afirma que

Na cena contemporânea, é verificado um incremento da produção de discursos sobre as drogas. A conjugação de discursos advindos de uma série de instituições como a Medicina, a Justiça, a polícia e a imprensa, entre outras, serve à produção de verdades que conduzem à homogeneidade das discussões.

Desse modo, a própria criação de perfis por estas instituições para as pessoas que usam drogas, acaba gerando verdades sobre esses sujeitos, sobre os seus corpos e através das regras de direito, fixam poder sobre essas pessoas e configuram modos de punição, dentre elas a policialesca e a sanitária.

Não obstante, existe a ânsia de se encontrar o responsável por esses desajustados e as disciplinas que exercerão sobre esses refugos humanos e redundantes (BAUMAN, 2009) o seu poder. Ora, problema social, de saúde ou de segurança? Quem falhou? Quem se omitiu? As questões são complexas e demandam um olhar igualmente complexo. Dessa maneira, uma contextualização se faz necessária.

Primeiramente, é preciso discutir a questão de que o consumo de substâncias psicoativas sempre existiu em nossa sociedade, bem como em nossa cultura (LABATE et al., 2008; CARNEIRO, 2009) sendo este alvo de mudanças no decorrer do tempo, de modo

que o contexto histórico-cultural foi delineando as maneiras de se vivenciar tal uso até chegarmos nas ideias que se tem hoje sobre essa prática. A utilização de drogas carrega consigo o signo da moralidade, da noção de bem e mal, certo e errado. Negligenciam, assim, a relação que as pessoas estabelecem com as drogas, os modos particulares de experimentação e vivência, as múltiplas formas de encontro com aquilo que pode ser prazeroso, problemático, as duas coisas ou nenhum. Simões (2008, p.13) discorrendo sobre o assunto, fala que esse encontro com as drogas envolve questões complexas e antagônicas dentre elas “liberdade e disciplina, sofrimento e prazer, devoção e aventura, transcendência e conhecimento, sociabilidade e crime”. Como discutido anteriormente, a pessoa que usa drogas é reduzida a características que apontam para um uso problemático, ilegal e doentio, produzindo caricaturas anormais que vão ao encontro do poder de tornar invisíveis esses sujeitos. Merhy (2012, p.9), refletindo sobre estas caricaturas, afirma existir “(...) um enorme esforço, por parte de setores conservadores, de conduzir a construção de um imaginário social que torne visível os usuários de drogas como zumbis, não humanos”. Ora, vê-se que as pessoas usuárias de drogas acabam por serem construídas socialmente e as instituições, como os “setores conservadores” mencionados por Merhy (2012), contribuem para esse acontecimento, autorizando a disseminação de um imaginário que corresponde aos interesses de um sistema político-econômico. Logo, “[a] estigmatização das drogas assim como de seus usuários, serve de cobertura conveniente para reais problemas estruturais da sociedade e que muitas vezes são os verdadeiros responsáveis pela busca dessas substâncias” (ANDI; BRASIL, 2005, p.17).

Escutamos cotidianamente a associação das pessoas usuárias de drogas, sobretudo a duas figuras: criminoso e/ou doente. Neste contexto, as pessoas são vistas como risco à sociedade de modo que esta ligação também é produto histórico-cultural, emergindo graças a dois grandes campos de saber, como já mencionado anteriormente, a Justiça e a Medicina. Com a união destas, houve uma contribuição para que essas características direcionadas às pessoas que usam drogas fossem hoje banalizadas socialmente, gerando discursos que giram em torno da intolerância, preconceito, medo, perseguição e exclusão (RODRIGUES, 2004; PETUCO, 2012).

Segundo Fiore (2002, p.3) “[e]stas duas concepções não permanecem estanques, ao contrário, participam do dispositivo simultaneamente, orientando a produção de saberes e o debate público sobre “drogas”. Estes saberes convergem para a não inclusão de outras vertentes que poderiam ser trabalhadas, como o uso não problemático de drogas, o uso recreativo, religioso, maneiras outras que não se resumem numa dependência ou num

comportamento fora da lei. De acordo com Petuco (2007, p.5) “(...) há décadas que as práticas de medicalização e criminalização dos usos de algumas drogas geram muito mais problemas do que os próprios usos”. Sobre isto, Silva (2014) aponta para a desestabilização que o usuário de drogas provoca aos campos de saber instituídos. Segundo a autora, os discursos existentes, seja numa perspectiva dita social, de saúde ou jurídica, coloca a pessoa que usa drogas como algo que não se consegue dar conta. Ela fura essa lógica, de modo que a complexidade que estas pessoas demandam, requer um olhar igualmente complexo, e isto parece estar na ordem do intangível. Diante disso, nos questionamos: quais são as perspectivas que possibilitam um enxergar múltiplo, sem reduções? Onde será que o sujeito usuário de drogas aparece? Qual o lugar forjado para ele surgir?

Entre o crime e a doença, este é o lugar que forjaram para “ser e estar” pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas. Muitas vezes, nem mesmo esse lugar é reservado para elas, sendo jogadas para a margem, para um não lugar. Pelo menos, foi o que a literatura nos indicou até aqui. Como mudar essa realidade? Como podemos expandir as possibilidades de existência e considerar as diversas formas de ser e estar no mundo, sem tratá-las como antagônicas àquilo que se fez norma? Eis um grande desafio, no qual nós precisamos estar abertos e motivados a exercê-lo. Partimos agora para uma discussão que faz ponte a tudo isso que discorremos até aqui, que diz respeito às políticas públicas no Brasil destinadas às pessoas que usam drogas. Será que a imagem construída sobre este público influencia as políticas públicas exercidas em nosso país? Será que as políticas públicas reservam algum lugar, olhar e cuidado para essas pessoas? É o que veremos agora.

3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS ÀS PESSOAS QUE USAM DROGAS NO BRASIL

Aqui, propomo-nos discutir as políticas públicas implementadas no Brasil destinadas às pessoas usuárias de drogas, de modo que o nosso objetivo neste momento é entender a maneira como estes sujeitos estão situados dentro desse contexto e como são vistos e tratados pelas mesmas, pois levamos em consideração o fato de que as políticas públicas também subsidiam a forma como os diversos atores sociais pensam e agem. Assim, faremos um breve trajeto de caráter mais descritivo relativo às políticas. Ao longo da escrita preocupamo-nos também em analisar em que medida vai acontecendo entraves e avanços referentes ao seu exercício.

Desde o início do século XX ocorreram as primeiras intervenções do governo brasileiro na área de álcool e drogas, tendo como subsídio a criação de um aparato jurídico-

institucional destinado a estabelecer o controle do uso e do comércio de drogas, bem como, a proteger a segurança e a saúde pública do país (MACHADO, MIRANDA, 2007). Diante desse cenário proibicionista, a saúde só vai se efetivar em termos de políticas públicas a partir da década de 70, de modo que ficará a encargo da Medicina o papel de efetivá-las, do seu modo, também pautada no proibicionismo, utilizando-se de ferramentas tecnocientíficas para a legitimação do controle do uso de drogas. Assim, o aparato jurídico-institucional encontra um aliado forte, nascendo dessa aliança duas imagens que irão marcar por muito tempo a pessoa que usa drogas, o doente e/ou o criminoso (FIORE, 2005).

Porém, este olhar a partir da doença e/ou do crime para com as pessoas que usam drogas não surgiu por acaso. Desde o início do século XIX no Brasil a Psiquiatria e a Criminologia permitem-se estabelecer uma articulação entre si, bem como uma relação direta com o Direito Penal. Apesar disso, o vínculo firmado entre a Psiquiatria e a Criminologia não foi tão consolidado, visto que conflitos políticos por espaço os limitaram a desenvolver uma atuação mais consonante (PASSOS; SOUZA, 2011). Para Passos e Souza (2011), perante estes embates de poder, a pessoa que usa drogas ficou situada numa luta de forças, ora capturada pelo discurso da Psiquiatria, ora capturada pelo discurso da Criminologia. Num momento é visto como doente, noutro como criminoso. Logo, o tratamento pensado ao longo da história para essas pessoas tende a limitar-se a duas alternativas: as prisões ou os hospitais. Não obstante, junto a estas duas instituições, destaca-se também a Religião e os seus modos de imprimir nos sujeitos que usam drogas seu poder e seus valores, contribuindo para a produção de estigmas em relação a estes. Além disso, esta instituição também desenvolve modos de tratamento para as pessoas que usam drogas, pautado na moralidade e no *paradigma da abstinência*². Mas não será só a instituição religiosa que irá trabalhar com este paradigma, a Justiça e a Psiquiatria também. Contudo, segundo Souza (2007, p.32) “(...) a moral religiosa inclui um terceiro elemento, a associação do prazer ao mal”. Partindo destas perspectivas que ditam normas, os modelos de tratamento e as políticas vão seguindo três pilares em seu exercício: “salvar, recuperar e punir” (MACHADO; MIRANDA, 2007, p. 804).

Reafirmando a tendência de lidar com o tema das drogas no Brasil pelo viés proibicionista e pautado na criminalização, sancionou-se no ano de 1976 a Lei nº 6.368, vigente até 2006. Esta enxergava o usuário como criminoso comum e sem qualquer garantia

² SOUZA (2007, p. 27), conceitua o “Paradigma da abstinência” como uma rede de instituições que define uma governabilidade das políticas de drogas, agindo de modo coercitivo e entendendo a abstinência como a única direção de tratamento possível, submetendo o campo da saúde ao poder Jurídico, Psiquiátrico e religioso.

de direitos, de modo a intermediar a construção de imagens estereotipadas das pessoas que usam drogas, incitando medo e sentimento de insegurança para a sociedade em relação a este público. Sob esta perspectiva tornava-se mais importante criminalizar e reprimir as drogas e o seu uso do que preocupar-se com o motivo e as causas do seu consumo (VENTURA et al., 2009). Para Souza (2007) esta lei consiste em um marco legal na produção de verdades sobre as pessoas que usam drogas, com o objetivo de discipliná-las e torná-las dóceis, retomando a discussão de Foucault.

No ano de 2006, a Lei nº 11.346 entra em vigor, substituindo a Lei nº 6.368/76 e a Lei 10.409, de 2002, trazendo em sua constituição avanços e entraves. No que diz respeito aos avanços, a Lei preconiza que as pessoas que usam drogas não legalizadas não serão mais conduzidas de modo forçado a uma delegacia, não sendo mais apenadas com penas restritivas de liberdade (BOITEUX, 2013). Contudo, no que concerne aos entraves, como discute Karam (2013, p. 33) esta Lei caracteriza-se como uma violação dos princípios garantidores dos direitos e contradições, dentre elas a “distinção arbitrária entre as substâncias psicoativas tornadas ilícitas e as outras substâncias de similar natureza que permanecem lícitas”, já que ambas as substâncias provocam alterações no organismo e de acordo com o uso podem eventualmente causar danos, não sendo esta uma razão aceitável para tal diferenciação (KARAM, 2003) e a outra contradição consiste no modo como são abordadas as pessoas com posse e/ou fazendo uso pessoal de “drogas tornadas ilícitas” que pode ainda constituir um crime, contrariando aqueles que defendem que houve mudanças consideráveis nessa “nova” lei referente à criminalização do usuário. Existe pena a ser paga, mesmo que não seja privativa de liberdade, logo, existe crime.

Assim, esta Lei retrocede para além de avanços, sendo entendida por Karam (2013) como arbitrária. Além disso, a Lei 11.346/06 aumentou a pena mínima para os tipos básicos de crimes considerados como tráfico de três para cinco anos de reclusão, confirmando a ideia de que a Justiça continua a produzir criminosos. Dessa maneira, conclui-se, assim como afirma Karam (2008, p. 105), que esta Lei é “nova apenas no tempo”, por não romper com paradigmas proibicionistas e repressivos, reafirmando estigmas e preconceitos.

Muitas foram as tentativas de se implementar políticas efetivas. Contudo, o Brasil em meio à importação de modelos internacionais de “enfrentamento” das drogas, focava apenas o controle da oferta e da demanda e não conseguia alcançar o seu alvo primordial: a sociedade livre deste consumo. Mas, e a atenção ao usuário? Para Machado e Miranda (2007), a origem das abordagens, intervenções e políticas destinadas aos usuários de drogas foram ligadas predominantemente ao campo da segurança pública, conseqüentemente, a saúde era

colocada em segundo plano e a preocupação referente a este campo limitava-se à erradicação da dependência química e a abstinência do uso, práticas ainda adotadas com bastante força. Ainda hoje, essa utopia tão almejada de uma sociedade livre das drogas, ainda persegue os caminhos do fracasso. Trazemos então, alguns exemplos dessa batalha.

No ano de 1980 tentou-se criar um Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes pelo Poder Executivo, voltado novamente para o controle e a repressão. Porém, esta tentativa não deu certo, nascendo assim o então Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN). Este Conselho, durante a sua vigência, priorizou as ações de repressão ao uso e ao tráfico de drogas. Porém a partir da década de 80 “com a redemocratização do país, ultrapassou os limites desse campo, favorecendo o surgimento de práticas de prevenção, de tratamento e de pesquisa, não orientadas exclusivamente pela perspectiva repressiva” (MACHADO; MIRANDA, 2007, p. 806). Logo, o primeiro indício de uma política que incluísse o cuidado foi surgindo, a partir do CONFEN. Posteriormente, no ano de 1986, foi fundado o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate ao uso de Drogas (FUNCAB), abarcando a dimensão da prevenção conjuntamente com o controle das drogas. Em seguida, por meio de decreto em 1996, foi elaborado o Departamento Nacional de Entorpecente que não consegue ser efetivado. Finalmente, em 2001 o FUNCAB é transformado no Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), conservando ainda a ideia de combate às substâncias psicoativas (DUARTE, 2010) consolidando-se assim como política.

Contudo, de acordo com Duarte (2010, p.26) “[o] primeiro movimento concreto para a criação de uma política sobre drogas no Brasil aconteceu em 1998, quando ocorreu sessão especial da Assembléia Geral das Nações Unidas”. Dessa maneira, o governo passa a assumir responsabilidade compartilhada em relação às drogas, incluindo a ênfase na prevenção do uso, na redução de danos e no abuso do consumo. Nessa conjuntura, em meio ao governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, surge a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) e o Conselho Nacional Antidrogas (CONAD). Segundo Duarte (2010) essa política era de controle e defendia uma luta contra as drogas.

Em 2003, com a gestão do Presidente de Luiz Inácio Lula da Silva, as questões das drogas passam a ser vistas através da setorialidade, de modo a haver uma integração das políticas públicas com a Política Nacional Antidrogas, incluindo descentralização das ações, parceria com a comunidade científica e as organizações sociais (DUARTE, 2010). Antes mesmo deste governo entrar em exercício, já havia uma tensão sobre a quem deveria caber a execução de Políticas sobre Drogas, uma vez que o Ministério da Saúde tomava para si, a contragosto da SENAD toda a parte de assistência à saúde, a partir principalmente da

Redução de Danos (RD), alocada naquele momento no Programa Nacional de DST/AIDS. Este contragosto estava relacionado com o preconceito atribuído à Política de Redução de Danos, entendida de modo equivocada como incentivo ao uso de drogas. Implantada como estratégia de saúde pública no ano de 1989, pela primeira vez no Brasil, no município de Santos (SP) (PASSOS; SOUZA, 2011), esta política constitui-se pautada na produção de saúde e tendo como objetivo a prevenção do HIV entre a população que fazia uso de drogas injetáveis, na tentativa de reduzir possíveis agravos, saindo da lógica da abstinência como única forma de tratamento e promovendo a política da autonomia e do cuidado de si entre as pessoas que usam drogas. A partir de então, no ano de 2003 “as ações de RD deixam de ser uma estratégia exclusiva dos Programas de DST/AIDS e se tornam uma estratégia norteadora da Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas e da política de Saúde Mental” (PASSOS; SOUZA, 2011 p. 154). Assim, novas possibilidades passam a ser pensadas e uma mudança no modelo desta política estava a caminho de ser consolidada.

Outra mudança que ganhou repercussão foi a nomenclatura da política destinada às pessoas que usam drogas, que passou de Política Nacional Antidrogas para Política Nacional sobre Drogas (DUARTE, 2010). A Primeira, pautada em uma visão mais ligada à segurança pública, a repressão e ao combate ao tráfico e a segunda com uma visão que incluía a atenção integral a pessoa que usa drogas, mais ligada à saúde pública (GARCIA; LEAL; ABREU, 2008). Uma luta muito longa foi travada para que esta transformação acontecesse, sendo imprescindível a participação dos Movimentos Sociais e do Ministério da Saúde de modo a pressionar a concretização desse avanço. Assim a SENAD foi “amolecendo” as resistências por conta das convenções internacionais que o Brasil foi sendo signatário, estimulando a RD como paradigma.

No ano de 2010 foi instituído o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, que dentre as suas atribuições destacavam a prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas através do decreto nº 7.179/10, (BRASIL, 2010). Assim, a ideia de combate às drogas e de uma sociedade livre de entorpecentes continuou, mas por outro lado foi incluída na política a prevenção, o tratamento, a recuperação, a reinserção social, a redução de danos social e à saúde, a redução da oferta e estudos, pesquisas e avaliação (BRASIL, 2010). Mesmo que haja críticas no que diz respeito a que modelo de reinserção é este e a redução de danos social que idealizam, acreditamos que minimamente uma política menos preocupada com o combate e repressão às drogas vinham se delineando. Até este momento, algumas mudanças pareciam

estar enfim ganhando força, todavia, em 07 de janeiro de 2011 o governo de Dilma Rousseff promove um retrocesso e assina o decreto nº 7.426 no qual transfere a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, o CONAD e o FUNAD para a responsabilidade do Ministério da Justiça, de modo que este passa a, dentre outras atribuições, articular e coordenar as atividades de prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas e executar as ações relativas ao Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas (AGUIAR; TEIXEIRA, 2011; BRASIL, 2011).

Aliado a isto, em dezembro de 2011 o governo federal lança o programa “Crack, é possível vencer” (BRASIL, 2011), onde as Comunidades Terapêuticas passam a ser investidas pelo SUS e ganham foco na mídia, sendo a internação compulsória uma grande aliada, adotada por essas instituições como forma de tratamento e dispositivo de cuidado, indo contra a lei da Reforma Psiquiátrica 10.216/11 e da Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras drogas (2003/2004), negligenciando uma rede de saúde e serviços assistenciais, como os Centros de Atenção Psicossocial, o CAPS ad (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), os leitos em Hospital Geral, Consultório na Rua. Além disso, medidas de segurança nas ruas passam a ser desenvolvidas, com a ideia de “revitalização dos espaços urbanos” (BRASIL, 2011), sendo um dos eixos do plano “Crack, é possível vencer”, quando na verdade o objetivo maior era uma limpeza urbana em uma conjuntura que antecedia eventos que colocavam o Brasil em evidência, como os jogos da Copa do Mundo de 2014. Assim, fica claro quais as intenções por trás destes programas desenvolvidos no ano de 2011/2012, que mais parece uma medida de higienização do que de medidas de atenção integral e cuidado. Numa passagem do seu texto, Silva (2014, p.121) retrata esta realidade em um recorte e problematiza:

Rio de Janeiro, 2014. O Rio dos megaeventos. Ministério Público denuncia retirada à força de moradores de rua antes da Copa. Apesar de uma proibição desta prática através de um TAC (termo de ajuste de conduta), Prefeitura recolhe compulsoriamente das ruas seus indesejáveis, os que não cabem na paisagem.

Em consequência disto, vivenciamos uma constante instabilidade referente às políticas sobre drogas no Brasil, caracterizando-se como um pêndulo, ora para frente, ora para trás, prevalecendo um modelo contraditório de atenção ao usuário de drogas.

Então, ao percorrermos a história das políticas públicas brasileiras destinadas às pessoas que usam drogas, chegamos a uma tríade: repressão, prevenção e tratamento. Dentre estes três, destacamos a valorização das medidas de repressão que se fazem presentes ainda

nas políticas públicas atuais, como é o caso do programa “Crack, é possível vencer”, implantado no país ao final do ano de 2011, coordenado pelo Ministério da Justiça junto a outros ministérios desenvolvendo uma ação integrada que abarca três frentes de atuação: prevenção, cuidado e autoridade (BRASIL, 2011). Mais uma vez assinalamos para que não se deixe passar imperceptível que sim, é o Ministério da Justiça o responsável por um programa que tende a oferecer atenção integral aos usuários de drogas. Ora, isso nos soa estranho? Deveria soar, mas esta informação só confirma tudo aquilo que discutimos no presente trabalho, infelizmente. Esses três pilares foram sustentados por uma base proibicionista, sanitarista, moral e jurídica, constituindo marcas que estão impressas no modelo de atenção e cuidado às pessoas que usam drogas, em todas as suas dimensões.

Não obstante, fica claro que o usuário perigoso e doente aparece também nas políticas públicas, políticas muitas vezes fragmentadas. Sabemos, ainda, que avanços vêm acontecendo no cenário das políticas públicas, e apontamos para a prevenção e o tratamento como conquistas que devem ser bandeira de luta dentro do debate público sobre as drogas em nosso país, apostando em outras perspectivas opostas àquelas firmadas no proibicionismo, dentre elas ações que estão dando certo como os consultórios na rua, CAPS ad, ampliação de serviços ambulatoriais especializados, maior oferta de leitos especializados na abordagem à drogas em hospitais gerais e de emergência e a atenção básica em saúde (VASCONCELOS, 2012).

O que fica é a sensação de que precisamos inovar nossas práticas e retirar do papel e dar vida àquelas já reconhecidas como alternativas a um modelo hegemônico, de modo a ampliar os olhares para o cuidado direcionado às pessoas que usam drogas e que demandam uma atenção mais pontual, considerando-os em sua integralidade e cidadania de modo a entender que o foco não é a droga, mas sim o sujeito.

Por fim, uma questão surge: Qual a relação entre as políticas públicas, a mídia e as representações sociais, temas que serão trabalhados a seguir? Ora, as políticas públicas fomentam as representações sociais por subsidiarem a maneira de pensar e agir dos sujeitos. Logo, a mídia também absorve a influência destas políticas, imprimindo em seus escritos conhecimentos e práticas advindas do modo de agir frente ao usuário encontrado nesses documentos. Assim, as políticas públicas, as representações sociais e a mídia mantêm uma relação de influência cíclica, eles se retroalimentam.

Desse modo, nos debruçaremos sobre a condução realizada pela mídia frente ao tema das drogas. Será que os meios de comunicação também contribuem com a imagem difundida na sociedade sobre as pessoas que usam drogas?

4. A MÍDIA E A SUA CONTRIBUIÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DAS PESSOAS QUE USAM DROGAS

Os meios de comunicação constituem-se como ferramentas que conduzem imagens e representações ligadas aos usuários de drogas. Porém, eles não se restringem a este público, de modo que dependendo da época, muitas são as imagens sobre determinado assunto vendidas para leitores, ouvintes, telespectadores e internautas de modo a mobilizar, construir e influenciar a opinião de uma massa. “Além de sua importância enquanto meio de propagação de idéias, a mídia se torna uma fonte de identificação fundamental para os sujeitos ou grupos como forma de localização social de uma opinião pessoal” (RAMOS, 2003 apud RONZANI et al., 2009). Logo, questionamos de que maneira a mídia dissemina essas imagens e representações na sociedade referente às pessoas que usam drogas.

No Brasil, muitos estudos tem apontado para o modo como os meios de comunicação tem tratado o tema das drogas e em sua maioria, as vinculam a um mal associado ao campo jurídico-policial e médico-psiquiátrico, levando os usuários invariavelmente à criminalidade e ao estado de patologia (ROMANINI; ROSO, 2013).

Esta visão difundida na mídia contribui para o reforço de uma imagem estigmatizante e potencializa o imaginário social preconceituoso construído em torno desses sujeitos, principalmente no que concerne ao consumo de drogas ilícitas. As qualidades atribuídas a estas pessoas acabam por classificá-las e discriminá-las, afastando-as de modo a colocá-las fora do tecido social, da rua, das relações cotidianas, dos serviços que deveriam lhe oferecer atenção, enfim, dos lugares que lhes são de direito. Estes cenários realimentados diariamente pela mídia, pela via do medo e da ansiedade, contribuem para que a população restrinja a sua compreensão contextualizada e cientificamente consistente do fenômeno. Porém, na maioria das vezes, a população corrobora com aquilo que a mídia traz em suas publicações, a exemplo disso temos atualmente os próprios comentários que aparecem abaixo das notícias, o que nos mostra como a população devolve aos meios de comunicação suas opiniões sobre determinados assuntos, fazendo, assim, com que a mídia se preocupe com aquilo que seu público quer ouvir. Desse modo, a população não chega a ser tão passiva.

Não obstante, destacamos que não é só a mídia que sustenta essa perspectiva reducionista ao falar sobre as pessoas que usam drogas, as próprias políticas dirigidas a essa população, como vimos, acabam tendo uma visão limitada do assunto, comumente de enfoque repressivo, anulando a expansão de horizontes, bem como gerenciando o modo como perdura a estagnação das concepções instituídas na sociedade (ANDI; BRASIL, 2005).

Contudo, não podemos deixar de reconhecer que a mídia pode constituir-se como uma importante estratégia de divulgação e facilitação de políticas públicas e campanhas de prevenção, contribuindo com o acesso a informação do público alvo, além de comunicar outras possibilidades existentes ao tratar-se do campo das drogas. Referente a essa discussão, Sérgio Trad (2004, p. 50) traz as sua contribuição: “Por um lado, trata-se de um objeto carregado de significados morais, por outro, convivem na mesma esfera a publicidade de consumo e de prevenção, cuja lógica é discrepante.” Ora, vê-se que são muitas as faces sustentadas pelo discurso midiático e precisamos estar atentos a essa sua forma de exercício do poder.

Precisamos entender que as drogas não verbalizam. Elas não desejam, não tomam decisões, não possuem direitos e não solicitam ajuda. Elas não são capazes de demandar cuidados. O protagonista é outro e ele precisa entrar em cena, tendo como contrapartida dos meios de comunicação uma perspectiva de mudança, onde o mais desejável seriam posições questionadoras, que colaborassem para a desconstrução de ideias estagnadas. (ANDI; BRASIL, 2005). Assim, esta desconstrução poderia estar influenciando outro modo de se representar socialmente as pessoas que usam drogas e a mídia pode encarnar este papel.

Diante disso, podemos afirmar que “dá para ir além da ótica policalesca, que tende para o reforço do preconceito moral diante do uso ou do usuário de drogas. Entretanto, a complexidade do tema acaba por dificultar o desenvolvimento da pauta de qualidade” (ANDI; BRASIL, 2005, p.7). Além disso, pode ser uma grande contribuição da mídia o papel de viabilizar uma maior visibilidade de outras possibilidades de lidar com as pessoas que usam drogas, desde práticas inovadoras até a divulgação de serviços e políticas públicas existentes, muitas vezes desconhecidos.

Após este percurso realizado, primeiramente pensando qual o lugar em que se localiza as pessoas que usam drogas ao longo da história, em seguida, quais as políticas públicas destinadas a este público no Brasil e posteriormente qual o papel da mídia e a sua influência na construção da imagem desses usuários, introduzimos agora a teoria na qual estamos ancorados neste trabalho, as Representações Sociais.

5. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A teoria das Representações sociais teve como precursor Serge Moscovici, que introduziu este fenômeno em seu estudo pioneiro³ sobre as maneiras como a psicanálise penetrou o pensamento popular na França, tornando-se um dos enfoques predominantes na psicologia social (DUVEEN, 2012).

As representações sociais são caracterizadas como um conhecimento construído e compartilhado por um grupo social, com o objetivo de estabelecer uma realidade comum a ele (JODELET, 2001). Tais representações compreendem a elaboração de comportamentos, pensamentos e ações, envolvendo a comunicação entre os indivíduos e o contexto sócio-histórico e cultural deste grupo. Para Arruda (1992, p.124) “a representação é sempre social, não só porque é elaborada socialmente, mas porque é elaborada com categorias de linguagem ou códigos de interpretação fornecidos pela sociedade”. Diante disso, uma das questões principais que motivou Moscovici em sua teoria foi o estudo do senso comum, tornando-se o foco principal da sua obra. Sobre isto, Moscovici vai afirmar que na sociedade existem dois tipos de universos de pensamento, os consensuais e os reificados. Os universos reificados estão localizados naquilo que chamamos de uma ciência dura, carregada de objetividade e rigor, a exemplo da Psicanálise, objeto de estudo de Moscovici. Já os universos consensuais possuem características do senso comum, por ser um saber construído por meio da interação social, fruto das relações estabelecidas na vida cotidiana, e onde se criam as Representações sociais, a exemplo da apropriação do saber da Psicanálise pelo senso comum (SÁ, 1998). A partir disso, o saber do senso comum ganha importância e passa a ser visto de forma diferenciada, não mais como um conhecimento secundário e ingênuo, mas sim como algo de fundamental importância. Spink (1993, p. 32) destaca que “tal privilégio já pressupõe uma ruptura com as vertentes clássicas das teorias do conhecimento, uma vez que estas abordam o conhecimento como saber formalizado (...)”.

Assim, as representações sociais passam a ser uma das teorias da Psicologia Social, contribuindo com uma visão que considera a dimensão sócio-histórica, cultural, estando interessada em questões que perpassam grupos sociais. Logo, as representações sociais considera que o conhecimento deve ser visto como processo, levando em consideração a construção do saber a partir do sujeito e das questões que atravessam o grupo social no qual ele pertence (SPINK, 1993), indo além de uma percepção reduzida que se interessa apenas pela cognição do indivíduo e negligencia a sociedade que os envolve (ARRUDA, 1992).

³ La Psicanalyse: Son image et son public, 1961.

A partir daí, as representações sociais consolida-se como teoria e delinea seus objetivos e funções. Os papéis aos quais as representações se dispõem estão ligados ao ato de tornar familiar o não familiar e de perceber como as pessoas pensam e agem. Sobre isto, Moscovici (2012 b) vai afirmar que o trabalho das representações é o de atenuar estranhezas, inserindo-as em um espaço comum, no intuito de provocar encontros de visões, de expressões contrárias, que de alguma maneira, se procuram. Logo, “[a]o tornar-se próprio e familiar, o objeto é transformado e transforma”(MOSCOVICI, 2012 p.63). Assim, a representação social liga-se a processos que indicam diferenças na sociedade, justificando então a sua relação com grupos sociais específicos. Portanto, as representações acabam sendo dinâmicas e em constante processo de mudança, sendo essencialmente fenômenos sociais que, mesmo acessados a partir do seu conteúdo cognitivo, têm de ser percebidos a partir do seu contexto de produção (SPINK, 1993).

Outra importante contribuição da teoria de Moscovici são os processos de formação clássicos das representações sociais, que versam sobre os mecanismos de *ancoragem* e *objetivação*. Estes se relacionam com a maneira como os grupos apropriam o objeto de conhecimento e constroem suas representações sobre ele.

O primeiro mecanismo tem como objetivo ancorar ideias estranhas em um sistema de conhecimento que já existe, de modo a utilizar aquilo que é tradicional para gerar algo novo. Além disso, a ancoragem reduz essas ideias em categorias e a imagens comuns, contribuindo para a inserção das mesmas em um contexto familiar. A ancoragem ajuda, pois, a dar um sentido àquilo que surge como desconhecido, classificando e nomeando o objeto representado, de modo a fixar o novo conceito (ARRUDA, 1992; MOSCOVICI, 2012a). Assim, a ancoragem está ligada aos processos que formulam as representações sociais, sendo que “uma representação, uma vez constituída, se torna um organizador das relações sociais” (VALA, 2000, p. 472).

Já o segundo mecanismo, a objetivação, tem a finalidade de tornar as imagens e conceitos relativos ao objeto da representação em algo quase concreto, dando-lhes forma. O abstrato transforma-se em algo tangível. Dessa maneira, a objetivação aproxima a ideia de não familiaridade com a realidade, ela se mostra física e acessível, de maneira icônica. Assim, a objetivação, através da memória, absorve imagens e conceitos, para agrupá-los e reproduzi-los no mundo exterior, fazendo as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido (ARRUDA, 1992; SÁ, 1998; MOSCOVICI, 2012a). Logo, a objetivação organiza elementos que surgem da representação de modo a torná-los materiais, ao ponto de se tornarem uma realidade natural (VALA, 2000).

Dentro do processo da objetivação existe um percurso, no qual levaremos em consideração: a seleção e descontextualização, o esquema figurativo e a naturalização. Quando acontece a seleção de informações, crenças e ideias referente ao objeto de representação, dentro de uma vasta possibilidade de conceitos, estamos praticando uma seleção, que estará baseada em valores e normas. Assim, haverá uma descontextualização desse objeto, já que será entendido por uma das suas partes. Essa seleção tem como objetivo considerar apenas a informação que se faz útil (VALA, 2000). De acordo com Vala (2000) no momento em que se organizam essas informações, acontece a esquematização, onde cada elemento de sentido irá associar-se a uma imagem, ganhando materialidade. Esta materialidade, pode se aproximar de uma realidade tornada natural, entendida como a naturalização. Logo, neste processo, as imagens e as metáforas tornam-se reais, personificadas, dando vida aos conceitos.

Com efeito, as representações sociais contribuíram para apreendermos o modo como a sociedade compreende e dá significado ao nosso objeto de estudo, de modo que a forma de representar orienta e justifica práticas. Junto às representações sociais, a mídia se faz importante, pois ela contribui para a circulação e produção destas por meio das suas publicações, permitindo visualizarmos como as pessoas usuárias de drogas são retratadas pelo senso comum e de que maneira este veículo de comunicação reforça e cria novas representações. Adiante, procuramos elucidar tais aproximações e os seus possíveis efeitos.

6. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MÍDIA

As Representações Sociais e a mídia possuem uma aproximação no estudo dos processos de comunicação realizado por Serge Moscovici. Este analisou dentro dessa temática como os grupos sociais elaboram seu saber sobre alguém ou alguma coisa e de que maneira esse conhecimento do senso comum é difundido pelos meios de comunicação. (ALEXANDRE, 2001). Camargo e Bousfield (2011, p. 435) discorrendo sobre a comunicação midiática afirmam que esta “se caracterizava pela crescente industrialização dos saberes quotidianos, sobretudo em contextos fortemente urbanizados e industrializados”, de modo que se percebeu um aumento da participação da mídia na circulação das informações. Como consequência disto, houve, segundo os autores a mediatização das relações sociais, gerando um público disperso. Frente a este fenômeno, Moscovici passa a teorizar sobre os sistemas de comunicação.

No estudo destes processos, Moscovici (2012 b) levou em consideração a pluralidade das relações entre o objeto da comunicação, o emissor e o receptor. O autor

estava preocupado em saber de que maneira ocorre a comunicação e qual o significado desta para o ser humano (ALEXANDRE, 2001). Foram descritos, assim, três sistemas de comunicação, definindo o conteúdo e a configuração das mensagens emitidas e recebidas: a *propaganda*, a *propagação* e a *difusão* (MOSCOVICI, 2012 b). Faremos uma breve apresentação destes três sistemas, porém, focaremos no sistema da *difusão*, pois de acordo com a literatura este sistema corresponde ao modelo que comumente é relacionado com a mídia de grande circulação, como o portal de notícias G1.

A *propaganda* objetiva intervir sobre condutas específicas, sendo a mensagem bem estruturada em torno de oposições como o “verdadeiro” e o “falso”, sendo que aqui, os efeitos buscados pelo emissor são a afirmação e especialmente a criação de estereótipos contribuindo para a manutenção da identidade de um grupo em oposição a outro (JODELET, 1989; CAMARGO; BOUSFIELD, 2011). Neste sistema, o emissor possui autoridade sobre o receptor, já que a sua fonte de comunicação exprime interesses ideológicos.

Já a *propagação* tem a função de transmitir mensagens estruturadas e explícitas, tendo como fundamento um quadro de referência que se exprime claramente. Seu objetivo não é provocar um novo comportamento ou reforçar uma conduta existente; mas, sobretudo de tornar possível uma adequação dos comportamentos e regras aos quais os indivíduos aderem (MOSCOVICI, 2012b). “No sistema da propagação, os efeitos da comunicação incidem sobre as atitudes” (CAMARGO; BOUSFIELD, 2011, p.447).

Por fim, a *difusão* configura-se como um sistema ou forma de comunicação que diz respeito não a um grupo definido, mas ao que chamamos frequentemente de massa. Neste sistema, o emissor não possui envolvimento com aquilo que é noticiado, tendo consequências no plano das opiniões, de modo que ele procura muito mais refletir uma opinião do que criá-la (MOSCOVICI, 2012b). “O esforço essencial do emissor na difusão é, por um lado, estabelecer uma relação de igualdade, de equivalência entre ele e seu público e, por outro lado, por consequência, de se adaptar a ela” (MOSCOVICI, 2012b, p. 285). Logo, a posição em que o jornalista se encontra é o de “agente de ligação” entre o especialista que vai falar sobre o assunto e o público, sendo que o jornal normalmente não se coloca de forma direta.

Pensando nestes sistemas acima elucidados, fica claro o objetivo percorrido por Moscovici, o qual consistiu na busca em explicitar a maneira como os saberes, ao nível social, possibilitam a coletividade processar um dado conhecimento veiculado pela mídia, tornando-o numa propriedade impessoal, pública, que permite a cada indivíduo manuseá-la e utilizá-la de forma coesa com os valores e as motivações sociais do grupo à qual pertence (ALEXANDRE,

2000). Sintetizando as ideias expostas até aqui, Alexandre (2000, p.123) ressalta que Moscovici

(...) propõe uma relação particular entre sistemas de comunicação e as representações sociais, apoiado no caráter circulante e móvel de sua teoria. As representações sociais se modificam ou se atualizam dentro de relações de comunicação diferentes. Dessa forma, a mídia, integrada por um grupo de especialistas formadores e sobretudo difusores de representações sociais, é responsável pela estruturação de sistemas de comunicação que visam comunicar, difundir ou propagar determinadas representações.

7. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O jornal selecionado para a realização da pesquisa foi o G1, o portal de notícias brasileiro mantido pela Globo.com e pela orientação da Central Globo de Jornalismo. O portal disponibiliza um conteúdo de diversos jornais afiliados, nacionais e internacionais e de conteúdo próprio. Esta escolha aconteceu por ser um jornal que abrange todos os Estados brasileiros e possui um número considerável de reportagens sobre o tema trabalhado. Inicialmente realizamos uma pré-consulta dos termos utilizando como palavras-chave de busca: *usuários; drogados; viciados; drogas; cuidado; saúde pública; dependentes; dependência química; saúde mental*. A partir das palavras-chave surgiam reportagens que abarcavam o tema das drogas, nos possibilitando ter uma primeira noção da maneira de como é levado ao público as imagens das pessoas que usam drogas, bem como os demais assuntos que circundam os mesmos.

Delimitamos o tempo como critério de pesquisa utilizando o período histórico da criação do programa denominado “Crack, é possível vencer”, lançado pelo Governo Federal dia 07 de dezembro do ano de 2011. Diante disto, selecionamos somente reportagens a partir de 2012, pois a repercussão provinda desse fato começou a acontecer nesse período. Em seguida, empregamos os termos *usuários de drogas 2012; drogados 2012; viciados 2012; dependentes de drogas 2012 e dependentes químicos 2012*, encontrando o total de 450 reportagens, sendo que a maioria das notícias encontradas provinham do termo *usuários de drogas*. Posteriormente novos critérios foram utilizados, para que nossos dados não ficassem tão extensos. Desse modo, passamos a colocar no espaço de busca do jornal apenas o termo *usuários de drogas 2012* e selecionamos exclusivamente as reportagens que continham comentários dos leitores, pois este dado nos indicava que houve uma repercussão minimamente nos leitores a partir do que foi noticiado. Identificamos 41 notícias que seguiam esses critérios. Ao lermos as reportagens selecionadas, vimos que poucas tratavam

diretamente do nosso objeto de estudo - a pessoa que usa drogas - sendo necessários novos critérios para a seleção das reportagens. Assim, optamos pelas notícias que utilizavam o termo *usuário de droga (os/as)* no título e possuíam comentários, independente da quantidade dos mesmos. Por fim chegamos ao número de 34 reportagens que abordavam sobre as pessoas que usam drogas. Apropriamos-nos das 34 notícias⁴ e montamos um arquivo organizado-as conforme a ordem cronológica das datas de publicação.

A presente pesquisa possui caráter qualitativo e para a efetivação da análise dos dados tomamos como base teórica a autora Laurence Bardin (2011), trabalhando especificamente com a Análise de conteúdo Temática, organizando categorias por sentidos comuns entre os significados apontados nos textos. Para Bardin (2011) a análise de conteúdo se dispõe a conhecer o que está por trás das palavras sobre as quais se debruça, tendo como variáveis àquelas de ordem psicológica, sociológica, histórica, entre outras, através do mecanismo de dedução com base em indicadores advindos de mensagens particulares. Seguimos as três fases da análise de conteúdo: “a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 2011, p. 125).

No que concerne à fase de pré-análise, onde acontece à organização das ideias iniciais, realizamos uma “leitura flutuante” do material coletado, ou seja, as reportagens selecionadas (BARDIN, 2011, p. 125-126). A leitura flutuante que adotamos atende as orientações propostas pela teoria de Bardin (2011), de modo que a princípio fizemos uma leitura das notícias sem muita exatidão, no intuito de conhecê-las e deixando que elas falassem por si só, porém, nos atentávamos para aquilo que nos chamava atenção. Nesse momento, tínhamos liberdade para deixar que o texto nos envolvesse e se apresentasse. Depois disso, a leitura ganha características mais objetivas e as hipóteses vão surgindo de um jeito mais concreto.

Conforme íamos explorando o material de análise com mais profundidade e encontrando significações que nos possibilitavam uma interpretação do nosso objeto de estudo, chegamos à fase de categorização. Segundo Bardin (2011) a categorização consiste na classificação dos dados conforme características que são comuns, atendendo a alguns critérios. Algumas qualidades são estipuladas por Bardin para que as categorias sejam satisfatórias, dentre elas:

a *exclusão mútua*, que estipula que cada elemento não pode existir em mais de uma divisão; a *homogeneidade*, onde um único princípio de classificação deve governar a sua organização; a *pertinência*, quando a categoria está adaptada ao material de análise escolhido e ao

⁴ Em anexo encontra-se as referências de todas as reportagens analisadas.

quadro teórico; a *objetividade* e a *fidelidade* e por fim a produtividade (BARDIN, 2011, p. 149-150).

Diante disso, atentamos para cada uma dessas características no momento em que estávamos construindo as nossas categorias. A seguir, mostramos este resultado.

8. RESULTADOS

Considerando os sentidos comuns entre os significados apontados no texto das notícias coletadas, nos foi possível reunir as categorias a partir de temas, sendo chamadas de “categorias temáticas”. O eixo principal da nossa análise consiste em “*Quem é esta pessoa que faz uso de drogas?*” agrupando cinco categorias que vão mostrar quem é esta pessoa e como ela é representada na mídia. Em seguida, aparecem duas perspectivas que estão relacionadas com o eixo principal: Segurança/Justiça e Saúde/Assistência Social, de modo que estas contribuem para a produção de discursos e práticas sociais direcionadas às pessoas que usam drogas. Assim, no intuito de exemplificar o conteúdo do eixo principal e das perspectivas relacionadas a ele, serão apresentados a seguir alguns recortes dos textos das reportagens.

1. Quem é esta pessoa que faz uso de drogas?

Este eixo contempla elementos das reportagens que evidenciam as representações sobre as pessoas que usam drogas, indicando quais as imagens construídas pela mídia em torno destes sujeitos e que conseqüentemente são propagadas no meio social pelo portal de notícias G1. Abaixo estão definidas e exemplificadas com trechos das próprias notícias as cinco categorias temáticas. Colocamos entre parênteses as datas em que foram publicadas as notícias.

1.1. Pessoa dependente da substância

Aqui a imagem da pessoa que usa drogas está reduzida a uma dependência, de modo objetivo e biológico.

*“Falta da droga deve levar **dependentes** a procurar ajuda, diz governo” (05/01/12).*

*“Como é que você consegue o tratamento de um **dependente químico**?” (06/01/12).*

1.2. Pessoa sem autonomia e perdedora

A pessoa usuária de drogas é percebida nessa subcategoria como alguém sem autonomia, sem poder de decisões, passivas, irracionais e em constante processo de perdas, sejam elas sociais, afetivas e/ou materiais.

“... o usuário **não tem discernimento para decidir o que é melhor ou não para ele**”
(05/01/2012);

“**Eu não tenho carinho, afeto. Você [como usuário] perde todo mundo que importa...**”
(08/01/120).

“... o vício faz o dependente **agir como um animal**” (08/01/2012).

“A gente **perde a família, depois a liberdade e saúde**” (03/02/2012).

“**Ele não sabe mais nem o que faz**” (02/06/2012).

“**Essas pessoas não têm autodeterminação, não são capazes de avaliar o que é melhor para elas...**” (25/10/12).

1.3. Pessoa como criminosa e periculosa

Nessa subcategoria o crime e a periculosidade constituem-se como características intrínsecas às pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas. Estas pessoas aparecem associadas à violência e à sensação de insegurança por parte da população. A droga parece justificar os atos infracionais cometidos pelas pessoas que a consomem.

“**As pessoas ficam com medo de vir aqui com a rua cheia de gente fumando crack**”
(07/01/12).

“... alta incidência de uso de psicoativos pode estar relacionada à ocorrência de **atos infracionais**” (10/04/12).

“... porque eles drogados **se tornam violentos...**” (12/07/2012).

“**Dos adolescentes internados em cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil, 75% são usuários de entorpecentes**” (10/04/12).

1.4. Pessoa que traz ameaça para a família

A pessoa que usa drogas aparece nas notícias também como aquela que rouba, envergonha e maltrata a sua família.

“**Ele diz já ter roubado os próprios pais para comprar droga**” (08/01/2012).

“... foi **expulso de casa pela família devido ao vício**” (08/01/2012).

“**Maltratei meus pais, minhas irmãs, até o ferro de passar da minha mãe eu troquei por droga**” (08/01/2012).

1.5. Pessoa que usa drogas envergonhada de si mesma

Esta subcategoria traz a ideia encontrada nas notícias de que as pessoas que usam drogas sentem vergonha de si mesmas, se sentem fracassadas.

“**De repente você está bem e, quando se dá conta, está dentro de um buraco fumando crack, todo sujo. Dá vergonha de si mesmo**” (08/01/2012).

*“Eu sempre estava drogada e ficava com **vergonha**. No dia que eu fui na igreja, eu estava bêbada. **Me senti um lixo**” (29/09/12).*

*“Eu amo a minha mãe e tenho **vergonha** de ser usuário de crack. Sinto **vergonha** de olhar a pedra derretendo no cachimbo...” (17/11/12).*

2. Segurança/Justiça

Esta categoria reúne elementos que aparecem nas notícias, relacionados ao campo da Segurança/Justiça. A partir desta ótica muito se falou sobre os dispositivos de controle, dentre eles “operações de caráter repressivo”, “ações ostensivas”, “pacificação”, “recolhimento”, “intolerância” e “coibição do tráfico” Alguns trechos afirmam esse fato: *“Além de barrar a chegada da droga, policiais foram orientados a **não tolerar mais consumo público da droga**” (05/01/12); “Tem uma série de **ações de repressão**, que diariamente devem ser feitas...” (18/01/12). Identificamos que o Portal G1 aborda o tema da segurança pública com muita frequência quando o tema gira em torno das drogas. As ações desenvolvidas pela segurança aparecem associadas a ações da assistência social e da saúde, sendo que a sua contribuição em destaque é o recolhimento, incentivo e encaminhamento das pessoas que estão nas ruas para tratamento de saúde. “... a ação ostensiva da Polícia Militar, na visão da Prefeitura e estado, vai **incentivar consumidores a procurar ajuda**” (05/01/12); “... a Polícia Militar executa operação na região para coibir o tráfico, **encaminhar dependentes para tratamento e recuperar áreas degradadas**” (06/01/12). Dentre os especialistas ligados à Segurança/Justiça que são mencionados nas notícias destacamos: “Coordenador de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania; Polícia Militar; Polícia Civil; Promotor de Justiça e Presidente do Tribunal de Justiça”.*

3. Saúde/Assistência Social

Esta categoria destaca os elementos que aparecem sobre a *saúde/assistência social* no Portal G1. Identificamos nas reportagens a visibilidade de algumas formas distintas de tratamento direcionadas às pessoas que usam drogas, como a “desintoxicação”, “internação”, “internação compulsória/involuntária”, “abstinência” e “tratamento religioso”. Percebemos que os tratamentos mais focalizados no noticiário foi o tratamento via “abstinência da droga” e pela “internação”, em todas as suas formas. Não encontramos nenhuma notícia que aborda a política de Redução de Danos, por exemplo. *“A **falta da droga** e a dificuldade de fixação vão fazer com que as pessoas busquem o tratamento” (05/01/12); “Ação na cracolândia **aposta na abstinência** para tratar usuários” (05/01/12); “... a procura por **internações** é muito grande” (10/01/12); “Os menores usuários de drogas são **internados compulsoriamente**”*

(14/10/12); “Eduardo Paes disse que pretende **tornar compulsória a internação** de adultos viciados na droga” (25/10/12).

Em contrapartida, o jornal também menciona alguns dos serviços públicos existentes no Brasil que dão suporte às pessoas que precisam de uma atenção diferenciada, decorrente do uso excessivo das drogas. “... 16 equipes de saúde que atuam em São Paulo passarão a receber subsídios do governo federal para se tornar ‘**consultórios de rua**’ projeto que busca oferecer **cuidados de saúde ao usuário de drogas na própria via pública**” (18/01/2012); “dois **Centros de Atenção Psicossocial** vão receber leitos” (03/02/12); “... anunciou ainda a criação de dez **residências terapêuticas**” (18/01/12).

Identificamos que em algumas reportagens aparecem críticas ao modo como são efetivadas as políticas públicas de saúde em nosso país. “Os hospitais **não tem estrutura** para toda essa gente que precisa. O **SUS não consegue financiar** todo mundo pelo tempo necessário...” (10/01/12); “... de acordo com a prefeitura, muitos usuários ainda **preferem continuar na rua a serem levados para locais especializados** na recuperação de dependentes químicos” (26/04/12).

As práticas desenvolvidas pelos assistentes sociais no portal de notícias estão constantemente associadas às ações policiais “A **PM estima que dentro de 30 dias, após a prisão de traficantes e o restabelecimento da ordem na região se inicie a segunda fase, com a participação dos assistentes sociais**” (06/01/12); “... o Serviço de Abordagem Social **monitora diariamente os bairros da cidade**” (12/07/12).

As figuras ligadas a Saúde/Assistência Social localizadas nas reportagens foram: Médicos; Especialistas em Saúde; Coordenadora de Saúde Mental da prefeitura de São Paulo; Enfermeira, Psiquiatra; Assistente social e Secretária da Assistência Social. Destacamos o fato de que o psicólogo não aparece.

9. DISCUSSÃO

As categorias temáticas possuem um elemento em comum, que é a representação da pessoa que usa drogas como alguém sem autonomia, pelo Portal G1. Ela depende das drogas, age por consequência delas e segundo as suas vontades, constitui-se como ameaça por não ser racional e sente-se envergonhada de si mesma, por ser e agir de um modo irresponsável. Desse modo, surgem as instituições, autorizadas a deter a tutela dessa pessoa, sendo as responsáveis por aplicar medidas de segurança/justiça, saúde/assistência e enquadrá-la no lugar que lhe capturaram, entre o crime e a doença.

Diante disso, nos foi indicado que as duas instituições responsáveis, ainda hoje, pelas práticas direcionadas às pessoas que usam drogas são a Segurança e a Saúde, que corresponde tradicionalmente à Justiça e a Medicina. Como traz a literatura, são saberes/poderes (CHEIBUB, 2006) disciplinares que ditam verdades sobre os sujeitos e tentam dominá-los, penetrando na vida cotidiana e capturando os seus corpos. Identificamos em nossos resultados uma das contribuições de Foucault que a literatura discute no campo das drogas, quando sob a influência da biopolítica os sujeitos acabam por interiorizar o controle disciplinar (SANCHES; ROCHA, 2011), passando a se sentir envergonhados de si mesmos, a se colocarem no lugar de lixo, transformando-se nos seus próprios controladores. Estas duas perspectivas disciplinares seguem tendo uma grande força frente ao tema das drogas e sobre as pessoas que a consomem, sustentando concepções estigmatizantes difundidas na sociedade. Criminoso e doente, perigoso e dependente, ameaçador e viciado, são as duplas-faces que são remetidas a estes sujeitos. Conseqüentemente, esse olhar bilateral reflete no exercício das políticas públicas, de modo que a ação da segurança ainda é pautada pela repressão e controle e o tratamento disponível ao usuário de drogas ainda prioriza o “paradigma da abstinência” (SOUZA, 2007) e a desintoxicação.

Vale ressaltar que não identificamos em nenhuma notícia das quais analisamos referência à política de Redução de Danos e isso nos diz muita coisa, dentre elas, as tensões ainda existentes entre a segurança e a saúde, as políticas orientadas ainda pelo controle, bem como o caráter conservador e preconceituoso em que continua sendo pautada a atenção às pessoas usuárias de drogas, de modo a não promover autonomia, cuidado de si e coresponsabilização. Ora, estes paradigmas acabam por afastar a pessoa dos serviços e da sua própria produção de saúde, conforme as necessidades que para ela faz sentido. Nesses casos, configura-se a representação pela ausência, quando o não dito, de alguma forma, reforça apenas uma perspectiva.

Faz-se importante salientarmos em torno de que girava o tema da saúde nas reportagens. O discurso muitas vezes aparecia carregado de críticas aos serviços públicos disponíveis na rede de atenção às pessoas que usam drogas e à política do SUS. Falou-se sobre falta de investimento na saúde para os dependentes químicos, falta de estrutura e vagas em hospitais que possuem leitos para os usuários de drogas, financiamento do SUS insuficiente para a permanência dos usuários de drogas em clínicas particulares, enfim, o jornal leva para o seu público a imagem de uma saúde pública defasada. Em contrapartida, as notícias enfatizam as comunidades terapêuticas como os serviços que possuem tratamento efetivo para as pessoas que procuram tratamento, colocando-as em evidência. Relembrando o

nosso percurso pelas políticas públicas brasileiras, fica claro que as comunidades terapêuticas também tornaram-se foco de discussão na mesma época em que entrou em vigor o programa “Crack, é possível vencer”, nos anos de 2011/2012, pois é nesse contexto em que o governo Federal transfere a responsabilidade dos conselhos sobre drogas para o Ministério da Justiça fazendo com que as comunidades terapêuticas e a internação compulsória fossem adotadas como dispositivos de “cuidado” (AGUIAR; TEIXEIRA, 2011) o que acabou por produzir a reedição de modelos manicomial e um investimento muito alto por parte do governo destinado a esses serviços, já que garantia um retorno lucrativo para ele. Diante disso, visualizamos mais uma vez a perigosa aliança clássica entre a Justiça e a Medicina, em forma de terapêutica. Porém, é preciso assinalar que o jornal não indica ações prisionais em cárcere privado para as pessoas que usam drogas, o que nos faz pensar que a Lei 11.346/06 e a Política Sobre Drogas ao distinguir a pessoa que usa drogas do traficante e do produtor, gerou influência no modo que a mídia passa a falar do tema. Percebemos que o Portal G1 dá uma ênfase maior ao tratamento realizado via saúde, mesmo que olhando somente por uma ótica, a qual não enfatiza a autonomia.

Mas não paramos por aí. A assistência social também indica em seu saber-fazer práticas instituídas e segregadoras, no momento em que se é conivente com a remoção das pessoas que usam drogas das ruas, tendo como aliados a polícia. Estes levam as pessoas para albergues e clínicas muitas vezes contra a vontade das mesmas, com a justificativa de que são pessoas incapazes de responderem por si, sem autonomia, como vimos nos resultados do eixo principal deste trabalho. Ora, essa instância deve custar a entender que essa medida contribui somente para uma limpeza urbana do lixo humano (BAUMAN, 2009), não oferecendo atenção e cuidado a estas pessoas, o que consistiria em seu real papel dentro das políticas públicas. Este fato apareceu como algo secundário em nossa leitura, mas não menos importante. Como trouxemos em nosso referencial teórico, a ocupação das ruas pelas pessoas que usam drogas é entendida nas notícias como um problema, que precisa ser resolvido o mais rápido possível, já que incomoda o comércio de empresários, os negócios das imobiliárias e a impressão dos turistas, que podem estar presenciando tais cenas e levando uma imagem negativa da realidade das cidades maravilhosas, com pobreza, criminalidade e desigualdade social.

Chamamos atenção para a nossa demarcação do período de coleta das notícias, o ano de 2012, quando foi implementado o programa “crack, é possível vencer”, de modo que os dados mostram aquilo que tínhamos como hipótese: nesse período passou-se a falar mais

sobre as pessoas que usam crack, sendo que das 34 reportagens utilizadas, 26 falam sobre o usuário de crack e 15 falam sobre a crackolândia. De acordo com Kinoshita (p.53- 54, 2013):

“o modo como isso se tornou tema, tem sido posta basicamente em termos de incitação de medo, sentimento de insegurança e sensação de impotência. Essa ação repercute e se reproduz continuamente, (...) o resultado disso é uma demanda muito forte para que o Estado aja, atue de forma aguda, use da força para garantir a segurança e afastar a causa do medo. O *crack* ganhou vida, é uma coisa em si, “o crack” faz isso, “o crack” faz aquilo, virou um ente”.

Dessa maneira, aqui fica claro como uma política pública que carrega o nome do crack passa a influenciar a mídia de modo a colocar como pauta um assunto que suscitou repercussão na sociedade e que conseqüentemente gerou um saber comum sobre as pessoas que fazem uso desta substância, criando assim novas representações sociais. Contudo, essa influência é mútua e se retroalimenta. Diante disso, notamos que o contexto sócio-histórico vai sim repercutir na criação das representações, como discutido anteriormente.

Analisando as reportagens, confirmamos que o portal G1, sendo um meio de comunicação que atinge um grande público, traz características do sistema de difusão nomeado por Moscovici (2012 b), principalmente por trazer em suas reportagens o emissor não se colocando de forma direta, mas sim abrindo espaço para especialistas falarem por ele. Além dos especialistas, a sociedade também teve espaço para levar ao público a sua opinião, de modo que nos chamou atenção o fato de as pessoas usuárias de drogas serem autorizadas a falar em 11 das 34 reportagens. Contudo, o conteúdo trazido no discurso delas aponta para uma vergonha de si, arrependimento por terem usado substâncias, muitas vezes colocando-se como incapazes e trazendo para a cena apenas o seu sofrimento, bem como as suas perdas. Em algumas falas eles reclamam sobre o tratamento que lhes é ofertado, denunciando a escassez de serviços disponíveis. A família dos usuários também é convidada a ter voz e falam pelo viés do desespero e do sofrimento. Aqui fica claro o quanto as mensagens que são mediadas pelos meios de comunicação para o seu público acabam por reforçar, na maioria das vezes, interesses ideológicos. O modo como os especialistas compreendem as políticas públicas e falam sobre elas na mídia influenciam o pensamento do senso comum, sendo que os outros personagens, como a família, o usuário e a sociedade, apenas confirmam aquilo que eles querem afirmar.

Remetemo-nos aqui às contribuições da teoria de Moscovici (2012 a) para o nosso trabalho, pois a partir destas identificamos quais as representações sociais construídas e compartilhadas pelos grupos sociais sobre as pessoas que usam drogas, através das falas

explicitadas no jornal analisado, de modo que este nos deu elementos para enxergarmos as representações, ao revelarem modos de pensamentos e ações dispensados as pessoas que usam drogas. Não obstante, vimos que o contexto sócio-histórico e cultural dos grupos perpassou a produção dessas representações, fazendo jus àquilo que Moscovici (2012 a) já vinha nos indicando. No que diz respeito à ancoragem, ela aparece em nossa pesquisa por meio da Justiça e da Medicina, no momento em que estes saberes atribuem significado as pessoas que usam drogas, categorizando-as e reduzindo-as em imagens comuns, indicando modos de agir em relação a estes sujeitos. Por conseguinte, a objetivação também mostra sua face nesse estudo quando as imagens e os conceitos conferidos às pessoas que usam drogas passam a ser concretizadas e naturalizadas, ganhando formas reais (VALA, 2000). Como exemplo disso, resgatamos a ideia do crack como “ente” (KINOSHITA, 2013), conceito que demonstra a personificação e materialização da substância psicoativa, de modo que as ações do Estado passam a ser direcionadas para ele, configurando-se como o próprio culpado.

Após caminharmos por todas essas entrelinhas, esses simbolismos, comunicações, decretos, políticas e configurações de imagens embasadas na institucionalização e controle, afirmamos avistar aquilo que nos inquietava e nos fizeram chegar a esse estudo: o lugar, a imagem e a representação das pessoas usuárias de drogas no Portal G1 impossibilitam rupturas com modos de vida excludentes e pautados na ordem e no progresso. A limpeza urbana, o controle dos desejos, a higienização mental, o aprisionamento, a guerra travada contra os fora das normas, enfim, toda essa engrenagem segue negando não só os usuários de drogas, mas também loucos, pobres, pretos, indigentes, perigosos, doentes, LGBTs, enfim, os que não seguem padrões conservadores, moralistas, heteronormativos e legalizados. Contudo, a mídia pode ter outra forma de atuação, de modo que pela sua importância na construção e circulação de representações ela pode atuar como aliada, constituindo-se como instrumento de prevenção e mediação de experiências positivas (NOTO et al, 2003) e disseminando políticas que permeiem alternativas de vida, dando vez e voz para as pessoas que fazem uso de drogas, possibilitando localizarem-se em um discurso que não focalize apenas o sofrimento, a vergonha de si, a sua dependência e as suas perdas, mas para além disso, que apareça as suas várias formas de ser que ultrapasse o “usuário de drogas”. Além disso, que essas pessoas sejam consultadas e convidadas a discutir sobre as políticas públicas direcionadas a elas, de modo a suprir as suas singularidades, bem como se colocarem a partir daquilo que vivenciam de maneira real e não deturpada, permitindo colocações que sejam remetidas a outras tantas e diversas identidades.

Logo, muitas marcas são impressas na pessoa que usa drogas, sendo ora alguém que precisa de ações policiais, ora alguém que precisa de ajuda, ora alguém que necessita ser inserida em um sistema que a excluiu. Vê-se, assim, que as instituições sociais por meio das suas práticas divulgadas na mídia, contribuem na formação de representações que indicam modos de pensar e agir sobre estas pessoas e isso nos interessa. Precisamos repensar nossas práticas cotidianas que mortificam as existências e em seu lugar potencializarmos modos plurais de vida.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem é a pessoa que usa drogas? O Portal de notícias G1 representa a pessoa que usa drogas como alguém que não sente prazer nenhum com a substância psicoativa que se relaciona, pois o uso recreativo e sem sofrimento não é reconhecido. No lugar disso, se fala da química das drogas que faz o corpo biológico ficar dependente. A pessoa que usa drogas não é pessoa e sim usuária de drogas. Esta pessoa não tem vontade, não deseja, ela perdeu sua autonomia. Quem responde por ela são as drogas que ela consome, como um autômato. Ela depende das substâncias para viver e isso a coloca no lugar de prisioneira de si mesma, não existindo liberdade. Na condição de dependente, ela precisa de tutela, de um controle externo, e esse é o papel da segurança e da saúde. Ela pode ser acolhida ou recolhida, de acordo com a sua sentença. A pessoa que usa drogas traveste-se de zumbi (PETUCO, 2011; MERHY, 2012). Ela amedronta as pessoas à sua volta e provoca violência gratuita aqueles que estiverem por perto. Junto a isto, ela traz ameaça e desgosto para a família e como consequência disso tudo, acaba por sentir vergonha de si mesma, interiorizando todas essas marcas que a sociedade, as instituições e a mídia tramaram para ela, com sucesso. O que resta para esta pessoa é um não lugar, para onde vão os “indesejáveis”, os “refugos humanos” (BAUMAN, 2009).

Mas, afinal, quem é essa pessoa que usa drogas? Ora, um ninguém, que carrega em seu corpo e no corpo social impossibilidades de existência. Assim, o grande eixo que encontramos em nosso trabalho, dá nome e sobrenome aos “ninguéns” (GALEANO, 2014) revelando de maneira muito objetiva em quem a transformaram. Em seguida, as duas perspectivas que aparecem nos resultados confirmam o que a nossa literatura nos apresentou, de que os dois campos, o da Segurança e o da Saúde continuam nos dias de hoje a tutelar as pessoas que usam drogas, a se colocarem como agentes de tratamento e cuidado, decidindo muitas vezes por suas vidas de modo a controlá-las. É preciso que modos de cuidado e tratamento não se confundam com práticas de higienização, repressão e exclusão.

Uma das tantas falas que me deparei no jornal e que me causou incômodo foi “*Como é que você consegue levar o usuário a se tratar? Não é pela razão, é pelo sofrimento. Dor e sofrimento fazem a pessoa pedir ajuda*” (05/01/12). Discordo com este coordenador de Políticas sobre Drogas e espero que a sua visão simplista e reducionista não contage aqueles que acreditam no desejo, na autonomia e no respeito às pessoas que usam drogas. Espero que dor e sofrimento não seja o motor que faça gerir o cuidado. Penso que a melhor maneira de conseguir levar o usuário a se tratar é potencializando seu modo de existir e deixando que ele indique o que é possível para si, naquele momento.

Desse modo, não queremos terminar com conclusões ou considerações finais. Queremos continuar um debate profícuo, que gere micropolíticas cotidianas no espaço em que estivermos submersos. Os “bocados de molambos molhados manchando o chão” (LIMA, R. 2009, p.65-67) estão cansados de não serem gente, nas políticas públicas, nos meios de comunicação, na rua, na educação, no lazer, na cultura, na justiça, na saúde, na sociedade. Não queremos mudanças de nomenclatura, queremos ações, rupturas, possibilidades outras, a pessoa em cena e com voz. Além disso, é preciso que estas representações sejam entendidas pelos profissionais de saúde como entraves ao acolhimento, ao cuidado, ao tratamento. Vimos que são muitas as imagens nas quais os usuários de drogas foram capturados. Porém, essas imagens precisam ser desmistificadas, colocadas em um caleidoscópio e serem investidas de protagonismo.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, M. O papel da mídia na difusão das representações sociais. **Comum**. V.6, N.17, 111-125, 2001.

AGUIAR, A. L. V.; TEIXEIRA, I. B. A. Programa de enfrentamento ao crack no Brasil: plano (para)nóia?. In: III Seminário Internacional **Violência e Conflitos Sociais: Ilegalismos e lugares morais**, Fortaleza: UFC, 2011.

ANDI; BRASIL. **Mídia e Drogas: o Perfil do Uso e do Usuário na Imprensa Brasileira**. MINISTÉRIO DA SAÚDE, Brasília 2005.

ARRUDA, A. Representações sociais: emergência e conflitos na psicologia social. In: BAPTISTA, Luis Antonio dos Santos (org). **Anuário do laboratório de subjetividade e política**. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Ano I, V.1, 1992.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Z. **Vida Líquida**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BOITEUX, L. Liberdades individuais, direitos humanos e a internação forçada em massa de usuários de drogas. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais** [recurso eletrônico]. Belo Horizonte, V.7, N. 25, jan./abr. 2013.

BRASIL. Decreto-lei nº 7.426, de 07 de janeiro de 2011. **Presidência da República**. Casa Civil. Brasília, DF 2010. Acessado em 18 jan. 2015.

_____. Decreto-lei nº 7.179, de 20 maio de 2010. **Presidência da República**. Casa Civil. Brasília, DF 2010. Acessado em 18 jan. 2015.

_____. Portaria n. 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Plano Crack, é possível vencer. Ministério da Saúde, 2011. Acessado em 18 jan. 2015.

CAMARGO, B.V; BOUSFIELD, A.B.S. Teoria das representações sociais: uma concepção contextualizada de comunicação. In: ALMEIDA, A. M. O; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. 1ed. Brasília: Technopolitik, 2011, V. 1, p. 433-456.

CARNEIRO, H. As drogas e a História da Humanidade. **Revista Diálogos**. Nov. 2009.

CHEIBUB, W. B. Práticas disciplinares e usos de drogas: a gestão dos ilegalismos na cena contemporânea. **Psicologia: Ciência e Profissão** (Impresso), V. 26, p. 548-557, 2006.

DUARTE, P. do C. Subjetividade do consumo de álcool e outras drogas e as políticas públicas brasileiras. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (org.). **Subjetividade do consumo de álcool e outras drogas e as políticas públicas brasileiras**. Brasília: CFP, 2010.

DUVEEN, G. Prefácio. In: MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 9ª ed. Vozes; 2012 a.

IORE, M. A medicalização da questão do uso de drogas no Brasil: reflexões acerca de debates institucionais e jurídicos. In: VENÂNCIO, R.P. ; CARNEIRO, H. (Orgs). **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2005.

_____. Algumas reflexões a respeito dos discursos médicos sobre uso de “drogas”. Trabalho apresentado na **XXVI Reunião da ANPOCS**, Caxambu, 2002.

GALEANO, E. **O Livro dos Abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2014.

GARCIA, M. L. T.; LEAL, F. X; ABREU, C. C. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 267-276, 2008.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

JODELET, D. Représentations Sociales: un domaine en expansion. In: D. JODELET (org.) **Les Représentations sociales**. Paris: PUF, 1989

_____. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2001, p.17-44.

KARAM, M. L. Direitos Humanos, laço social e drogas: Por uma política solidária com o sofrimento humano. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (org). **Drogas, Direitos Humanos e Laço Social**. Brasília: CFP, 2013.

_____. Conferência na abertura do **VII Seminário Nacional Psicologia e Direitos Humanos**, promovido pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. (CFP), Brasília-DF, novembro 2011.

_____. A Lei 3.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo. In: LABATE, B. C. et al. (Orgs). **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, p. 440, 2008.

_____. Redução de Danos, Ética e Lei: os danos da política proibicionista e as alternativas compromissadas com a dignidade do indivíduo. In: SAMPAIO, C.M.A; CAMPOS, M.A. (Orgs). **Drogas, dignidade e inclusão social**. V. 1. Rio de Janeiro, 2003.

KINOSHITA, R. T. Política atual de álcool e outras drogas e perspectivas. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org). **Drogas, Direitos Humanos e Laço Social**. Brasília: CFP, 2013.

LABATE, B. C. et al. (Orgs). **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, p. 440, 2008.

LIMA, R. **Lâminas**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

MACHADO, A. R.; MIRANDA, P. S. C. Fragmentos da história da atenção à saúde para usuários de álcool e outras drogas no Brasil: da Justiça à Saúde Pública. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, V.14, N.3, p.801-821, jul.-set. 2007.

MERHY, E. Anormais do desejo: Os novos não humanos? Os sinais que vêm da vida cotidiana e da rua. In: Conselho Federal de Psicologia (org.). **Drogas e Cidadania: em debate**. Brasília: CFP, 2012.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Vozes, 2012 b.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 9ª ed. Vozes; 2012 a.

NOTO, A. R. et al. Drogas e saúde na imprensa brasileira : uma análise de artigos publicados em jornais e revistas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, V. 19, N. 1, p. 69-79, 2003.

PASSOS, E. H.; SOUZA, T. P. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. **Psicologia & Sociedade**, V. 23, N.1, p.154-162, 2011.

PETUCO, D. A produção social do usuário de crack: Desconstruindo o mostro. In: Conselho Federal de Psicologia (org.). **Drogas e Cidadania: em debate**. Brasília: CFP, 2012.

_____. **Entre imagens e palavras: o discurso em uma campanha de prevenção ao crack**. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, UFPB, João Pessoa, 2011.

_____. Os discursos com estatuto de verdade e o dispositivo ‘droga’. In: PASINI, Elisiane (Org.). **Educando para a diversidade**. Porto Alegre: nuances p. 35-39, 2007.

RODRIGUES, T. Drogas, proibição e abolição das penas. In: PASSETTI, Edson (Coord.). **Curso livre de abolicionismo penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p. 131-165.

ROMANINI, M.; ROSO A. Miatização da cultura, criminalização e patologização dos usuários de crack: discursos e políticas. **Temas em Psicologia**, V. 21, N. 2, p. 483-497, 2013.

RONZANI, et al. Mídia e drogas: análise documental da mídia escrita brasileira sobre o tema entre 1999 e 2003. **Ciência & Saúde Coletiva**, V. 14, N.5, p. 1751-1762, 2009.

SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SANCHES, R. R.; ROCHA, L. C.. Poder soberano e biopolítica no combate às drogas no Brasil. **Revista de Psicologia da UNESP**, V. 10, p. 75-88, 2011.

SILVA, F. F. L. **O que não cabe nas ruas de uma cidade? Entre narrativas maiores e resistências brincantes.** Dissertação. (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2014.

SIMÕES, J. A. Prefácio. In: LABATE, B.C. et al. (Orgs). **Drogas e Cultura: novas perspectivas.** Salvador: EDUFBA, p. 440, 2008.

SOUZA, T. de P. **Redução de danos no Brasil: a clínica e o movimento.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós Graduação em Psicologia, UFF, Niterói, 2007.

SPINK, M. J. P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, V. 9, N. 3, p. 300-308, jul./set. 1993.

TRAD, Sérgio. Mídia e drogas: confrontando texto e contexto da publicidade comercial e de prevenção. **Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo**, p. 49-58, 2004.

VALA, J. Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. In: VALA, J, MONTEIRO, MB. **Psicologia social.** Lisboa: Calouste Gulbenkian; 2000. p 457-502.

VASCONCELOS, E. M. Cenário econômico, social e psicossocial no Brasil recente, e a crescente difusão do crack: balanço e perspectivas de ação. 2012. **O Social em Questão** - Ano XV - nº 28, 2012.

VENTURA, C. A. A. et al. Políticas e leis sobre drogas ilícitas no Brasil e a perspectiva de familiares e pessoas próximas a usuários de drogas: estudo na Cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Rev. Latino-Am. Enfermagem.** V.1, 2009.

VEDOVATTO, S. M. A. Contrapondo o discurso midiático sobre drogas - Nem tão feios, nem tão sujos, nem tão malvados: Pessoas de bem também usam drogas! In SANTOS. L. M. B. (Org.), **Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas.** Porto Alegre, RS: Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010.

12. ANEXO

Ação na Cracolândia aposta na abstinência para tratar usuários. **Portal G1**, Agência Estado, 5 jan. 2012. Acessado em 13/10/14.

Pesquisa diz que 47% dos usuários da cracolândia querem tratamento. **Portal G1**, G1 SP, com informações do Jornal Nacional, 6 jan. 2012. Acessado em 13/10/14.

Lojas fecham mais cedo por medo de usuários de droga no centro de SP. **Portal G1**, Agência Estado, 7 jan. 2012. Acessado em 13/10/14.

SAMPAIO, R. ‘ Com PM ou não, viciado em crack fuma do mesmo jeito’, diz usuário. **Portal G1**, G1 SP, 08 jan. 2012. Acessado em 13/10/14.

Voluntários tentam recuperar usuários de drogas da cracolândia. **Portal G1**, G1 SP, 10 jan. 2012. Acessado em 13/10/14.

Usuários são flagrados consumindo crack em outras regiões de SP. **Portal G1**, G1 SP, 14 jan. 2012. Acessado em 13/10/14.

Usuários da cracolândia são atendidos em unidade móvel em SP. **Portal G1**, G1 SP com informações do Globo notícia, 16 jan. 2012. Acessado em 13/10/14.

Usuário de droga demora uma hora para conseguir atendimento em SP. **Portal G1**, G1 SP, 16 jan. 2012. Acessado em 13/10/14.

MACEDO, L. Ministro anuncia R\$ 6,4 milhões para tratar usuários de drogas em SP. **Portal G1**, G1 SP, 18 jan. 2012. Acessado em 13/10/14.

Fortaleza ganha 44 leitos para atender pacientes usuários de drogas. **Portal G1**, G1 CE, com informações da TV Verdes Mares, 3 fev. 2012. Acessado em 13/10/14.

SOUZA, A. Usuário de drogas incendeia carro do próprio irmão em Mairinque, SP, **Portal G1**, G1 Sorocaba e Jundiaí, 21 fev. 2012. Acessado em 13/10/14.

75% dos jovens infratores no Brasil são usuários de drogas, aponta CNJ. **Portal G1**, G1 SP, 10 abr. 2012. Acessado em 13/10/14.

Homem é assassinado após negar R\$ 10 a usuário de drogas no Ceará. **Portal G1**, G1 Ceará, 15 abr. 2012. Acessado em 13/10/14.

SANTANA, R. Usuários de crack são recolhidos durante operação em Vila Velha, ES. **Portal G1**, G1 ES, com informações da TV Gazeta, 26 abr. 2012. Acessado em 13/10/14.

Construção derrubada no DF ainda é ponto de usuário de drogas. **Portal G1**, G1 DF, com informações do DFTV, 22 mai. 2012. Acessado em 13/10/14.

ARCONA, C.; GUIDINI, E. Mãe seda e amarra jovem usuário de drogas na cama em Piracicaba, SP. **Portal G1**, G1 Piracicaba e região, 2 jun.2012. Acessado em 13/10/14.

FERNANDES, T. Usuário de crack amarrado pela mãe ganha vaga em clínica de Cosmópolis. **Portal G1**, G1 Piracicaba e região, 13 jun. 2012. Acessado em 13/10/14.

Homem atira em dois usuários de droga em Rua de Sorocaba, SP. **Portal G1**, G1 Sorocaba e Jundiaí, 24 jun. 2012. Acessado em 13/10/14.

LIMA, T. Usuário de drogas é morto a tiros em linha férrea de São Roque, SP. **Portal G1**, G1 Sorocaba e Jundiaí, 26 jun. 2012. Acessado em 13/10/14.

FALCÃO, A. Aumenta o número de usuários de drogas nas ruas da Grande Vitória. **Portal G1**, G1 Espírito Santo e da TV Gazeta, 12 jul. 2012. Acessado em 13/10/14.

Usuário de droga faz a mãe refém e mobiliza polícia em Rio Preto, SP. **Portal G1**, G1 Rio Preto e Araçatuba, 9 ago. 2012. Acessado em 13/10/14.

OLIVEIRA, M. A. Proposta que diferencia usuário de traficante está na web para debate. **Portal G1**, G1 em Brasília, 24 ago. 2012. Acessado em 13/10/14.

Polícia detém dezenas de usuários de drogas no centro de SP. **Portal G1**, G1 SP, com informações do Globo Notícias, 31 ago. 2012. Acessado em 13/10/14.

Usuários de droga transformam vias de cidade Dutra em nova cracolândia. **Portal G1**, G1 SP, 10 set. 2012. Acessado em 13/10/14.

Mulher é morta em Salvador por usuário de drogas, afirma polícia. **Portal G1**, G1 BA, com informações da TV BA, 25 set. 2012. Acessado em 13/10/14.

DAMASCENO, I. Donas de casa distribuem sopa para usuários de droga em Porto Velho. **Portal G1**, G1 Roraima, 29 set. 2012. Acessado em 13/10/14.

Usuários de drogas danificam lojas no Setor Comercial Sul. **Portal G1**, G1 DF, 8 out. 2012. Acessado em 13/10/14.

Mais de 100 usuários de crack são recolhidos em ação no Jacarezinho. **Portal G1**, G1 Rio, 14 out. 2012. Acessado em 13/10/14.

Usuários de crack voltam a usar a droga em comunidades ocupadas. **Portal G1**, G1 Rio, com informações do Jornal Nacional, 15 out. 2012. Acessado em 13/10/14.

Usuários de crack voltam às ruas do Rio uma hora após serem acolhidos. **Portal G1**, G1 Rio, 25 out. 2012. Acessado em 13/10/14.

AHMED, M. Imagens mostram usuários de crack perto do Parque União, no Rio. **Portal G1**, G1 Rio, 29 out. 2012. Acessado em 13/10/14.

Imagens mostram usuários de crack perto da Favela Nova Holanda, no Rio. **Portal G1**, G1 Rio, 31 out. 2012. Acessado em 13/10/14.

Usuários de crack se arriscam ao atravessar Avenida Brasil, no Rio. **Portal G1**, G1 Rio, 9 nov. 2012. Acessado em 13/10/14.

AVARENGA, P. Mãe fecha quarto com grades com medo de filho usuário de crack, no ES. **Portal G1**, G1 ES, 17 nov. 2012. Acessado em 13/10/14.